

Objetivo 1077: Consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial

O racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas são fenômenos globais. Não concernem apenas ao Brasil ou a um ou outro país, mas a toda a comunidade internacional. As formas, a intensidade e a ênfase com que se manifestam variam conforme o contexto social, político, histórico e cultural de cada sociedade. A negação da existência do racismo apenas contribui para aprofundar as cisões e conflitos deles recorrentes.

A condição básica para combater o racismo e a discriminação é o reconhecimento de sua existência, como forma de dar o primeiro passo para a correção de erros passados e lutar contra o atual preconceito racial. O próprio processo da *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, já revelava as complexidades políticas associadas ao desafio de assegurar o respeito à diversidade no mundo como elemento essencial à democracia nas sociedades e à paz entre as nações.

O comprometimento da comunidade internacional com a promoção da igualdade é fundamental para a superação destes fenômenos. A constatação de que nenhum país conseguirá, isoladamente, lidar de forma adequada com o tema norteou a atuação internacional do Brasil durante as negociações que culminaram com o lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se estenderá de 2015 a 2024 e conta com Programa de Atividade adotado pela Assembleia Geral da ONU.

No plano regional, essa mesma posição brasileira já havia contribuído para a aprovação da Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos, com duração de 2014 a 2023, no âmbito da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Ambas as Décadas oferecem uma oportunidade singular para a implementação e o fortalecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta temática.

Nesse sentido, o engajamento com a criação do Fórum dos Afrodescendentes nas Nações Unidas e com a incidência da temática racial na Agenda de Desenvolvimento pós 2015 da ONU representa iniciativa de extrema relevância para o avanço das posições brasileiras em termos de políticas de promoção da igualdade racial nos foros multilaterais, disseminando à comunidade internacional a visão brasileira sobre o enfrentamento do fenômeno do racismo. Da mesma maneira, as iniciativas de cooperação e diálogo com países e organizações regionais do continente africano e da América ensejam o compartilhamento de esforços em prol da redução das desigualdades que atingem a população negra, contribuindo decisivamente para a consolidação da atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial e superação do racismo.

A plena garantia dos direitos humanos está intrinsecamente ligada à capacidade de romper as barreiras impostas pelas discriminações raciais sofridas por grande parte da população brasileira, promovendo o respeito e o apreço ao pluralismo. Para acelerar o ritmo deste processo, é necessário, no âmbito internacional, assegurar a cooperação, a troca de experiências e o debate intergovernamental constantes, razão pela qual se evidencia a relevância da ação do Estado brasileiro no fomento e apoio às iniciativas internacionais de promoção da igualdade racial e superação do racismo, conforme refletidas neste PPA.